

**A AVALIAÇÃO NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL:
um estudo sobre sucesso e fracasso escolar a partir dos documentos
reguladores da Educação Básica**

THE EVALUATION IN THE INITIAL YEARS OF FUNDAMENTAL EDUCATION: a study on school
success and failure from the basic education regulatory documents

Eloá de Fátima Velho Godinho Peixer¹
Cintia Metzner de Sousa²

RESUMO: A avaliação tem sido objeto de debates, estudos e pesquisas devido à amplitude de concepções e práticas no cotidiano escolar. Nessa direção, este artigo tem como objetivo compreender as orientações prescritas nos documentos legais e orientadores do processo de avaliação na Educação Básica e a sua relação com o sucesso e o fracasso escolar. Para a realização do estudo foi utilizado o método da pesquisa exploratória e bibliográfica com os documentos Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996), Base Nacional Comum Curricular (2017), Proposta Curricular de Santa Catarina (2014), Diretrizes Curriculares Municipais de Brusque (2012), o Projeto Político Pedagógico da instituição e o Relatório do Índice de Desenvolvimento da Educação – IDEB (2017). Em paralelo, a coleta de dados foi desenvolvida a partir de construtos teóricos pela história e conceitos que caracterizam a avaliação do processo de ensino-aprendizagem, uma vez que, a avaliação pode ser utilizada a partir de diferentes estratégias, atuando para identificar as dificuldades dos alunos, ajudando-os a superar os obstáculos e para a reflexão do próprio professor.

Palavras-chave: Avaliação. Sucesso. Documentos Legais e Reguladores.

ABSTRACT: *The evaluation has been the subject of debates, studies and researches due to the breadth of conceptions and practices in school everyday. In this direction, this article aims to understand the guidelines prescribed in the legal documents and guiding the evaluation process in Basic Education and its relation to school success and failure. In order to carry out the study, the method of exploratory and bibliographic research was used with the documents Law of Guidelines and Bases of Education (1996), National Curricular Common Base (2017), Curricular Proposal of Santa Catarina (2014), Municipal Curricular Guidelines of Brusque (2012) and the Educational Policy Project of the institution, Education Development Index - IDEB (2017). Parallel, the collection of data was developed theoretical constructs by the history and concepts that characterize the evaluation of the teaching-learning process, once the evaluation can be used from different strategies, acting to identify the difficulties of the students, to overcome obstacles and the teacher's own reflection.*

Keywords: *Evaluation. Success. Legal and Regulatory Documents*

¹ Pós-graduanda do curso de Especialização em Educação do Centro Universitário de Brusque - Unifebe. *E-mail:* eloa_icm10@hotmail.com.

² Mestre em Educação. Docente do curso de Pedagogia da Unifebe. *E-mail:* cicametzner@gmail.com.

1. INTRODUÇÃO

Avaliar é uma ação fundamental no processo de ensino e aprendizagem, porque possibilita ao professor diagnosticar os conhecimentos prévios de seus alunos, para assim, organizar o trabalho pedagógico e garantir a aprendizagem de maneira eficaz.

A avaliação possibilita que o docente reflita sobre a sua própria prática verificando os acertos e erros, permitindo retomar e modificar as estratégias utilizadas para alcançar os objetivos propostos. De acordo com Gonçalves e Larchert (2011, p. 41) “a avaliação deve ser utilizada, a fim de que o professor tenha um indicador de aprendizagem que possa orientar o seu trabalho”.

Como a avaliação faz parte do processo pedagógico, precisa ser revista, atualizada e reinventada constantemente assumindo um caráter flexível, principalmente na forma de organizar os procedimentos e da finalidade assumida na ação docente.

A avaliação perfeita, justa, correta não existe. Isso deve servir como certo alívio. Nós devemos procurar melhorar cada vez mais as formas avaliativas através do esclarecimento dos objetivos da avaliação, dos critérios, das limitações, das consequências, dos instrumentos, da integração no processo ensino-aprendizagem, etc., mas sempre haverá uma forma de melhorá-la (DOLL, 2000, p. 40).

Esse artigo visa compreender as orientações prescritas nos documentos legais e orientadoras do processo de avaliação na Educação Básica e a sua relação com o sucesso e o fracasso escolar nos anos iniciais do ensino fundamental.

De acordo com Krug e Krug, (2015, p.31):

Professores precisam adotar uma avaliação que permita aos estudantes sua emancipação. A literatura salienta que falta aos professores conhecimento e humildade em admitir que não sabem quase nada sobre avaliação como instrumento de poder, cada professor acha que é “sua” a disciplina é o “seu” feudo. E o pior é que muitos professores constroem o mito da competência em cima do índice de reprovação dos alunos.

Segundo os autores, a prática da avaliação da aprendizagem na escola, muitas vezes servem como mecanismo de controle e punição. Isso porque, historicamente alguns professores construíram o seu perfil docente com base no referencial de qualidade pela reprovação.

Na atualidade, devido aos avanços nos estudos da área da avaliação e com a implantação de documentos legais e reguladores de sua prática, a avaliação passa a ser defendida como um processo pedagógico dinâmico, contínuo e articulado aos processos de

ensinar e aprender e visa acompanhar o desenvolvimento e aprendizagem dos alunos, regular o trabalho docente e implantar as concepções e finalidade do projeto pedagógico da escola.

Nesse artigo apresentamos algumas conjecturas que podem impedir o desenvolvimento de uma boa avaliação na escola e identificar os embates e soluções que são criados pelo projeto pedagógico para combater a reprovação nos anos iniciais

A metodologia utilizada para o desenvolvimento da pesquisa se caracteriza como exploratória, pois visa estudar e aprofundar conhecimentos referentes a um determinado problema, bem como “buscam estudar, explorar o problema a fim de torná-lo explícito e possibilitar a criação de hipóteses” (CAJUEIRO, 2015, p. 16).

O procedimento técnico foi a análise de bibliografia que possibilita a exploração, o estudo e a investigação de documentos oficiais que sirvam de base para a coleta dos dados desejados. Para Zanella (2011) a análise documental envolve a investigação de documentos internos e externos, sendo uma técnica utilizada tanto para a pesquisa qualitativa, quanto para a quantitativa.

Os documentos utilizados na análise foram a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996), a Base Nacional Comum Curricular (2017), a Proposta Curricular de Santa Catarina (2014), as Diretrizes Curriculares Municipais de Brusque (2012), o Relatório do Índice de Desenvolvimento da Educação – IDEB (2017) e o Projeto Pedagógico de uma Escola de Ensino Fundamental da Rede Municipal de Brusque.

O estudo surgiu com o intuito de verificar as indicações nos documentos legais e reguladoras da Educação Básica sobre sucesso e fracasso na escola, especificamente nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, visto que, a atual discussão educacional aborda a avaliação como desencadeadora de discussões fundamentais, tais como as relações escolares, o currículo, o desenvolvimento das aprendizagens e o replanejamento do ensino em caráter formativo e não apenas disciplinador.

2. AVALIAÇÃO: um termo e vários sentidos

O resgate histórico e teórico do conhecimento produzido na área da avaliação indica um movimento contínuo de construção e desenvolvimento, constituído em um contexto histórico, dinâmico e com diversas influências. Para Vianna, a avaliação encontra-se em um movimento de “constante vir-a-ser na área das ciências do homem” (2000, p.22).

De acordo com Veloso (2008) desde os tempos primitivos, alguns jovens deveriam passar por provas para serem considerados adultos, e algumas civilizações, como na China e

Grécia, a avaliação era utilizada para assumir um trabalho. Segundo a autora, somente a partir do século XVIII a avaliação começa a assumir uma forma estruturada, associada à ideia de exame voltado para a notação e controle. No entanto, entre os séculos XIX e XX, a avaliação assume a concepção técnica com uso de testes padronizados que mediam a inteligência.

Para Garcia (2003, p. 29), “avaliação sempre foi uma atividade de controle que visava selecionar e, portanto, incluir alguns e excluir outros”. Nessa direção, a forma usual de referenciar de caracterizar a avaliação na sociedade é pela seleção e classificação.

De acordo com Veloso (2008) termo Avaliação Educacional foi proposto primeiramente por Tyler em 1934 com o intuito de acompanhar o cumprimento dos objetivos educacionais. Com a passagem de tempo novas visões e conceitos foram sendo incorporados na palavra avaliação, dando um novo sentido à sua execução. Para Veloso (2008, p. 09), “a avaliação tem diferentes finalidades as quais podem ter características antagônicas ou complementares”.

Nas décadas de 30 e 40, a discussão sobre a avaliação contempla as ações do currículo, descrevendo o que seria o sucesso ou a dificuldade em decorrência dos objetivos estabelecidos pelo currículo. O avaliador centra sua ação em descrever padrões e critérios para o currículo, culminando com a criação da terminologia da avaliação educacional.

Por volta de 1950, nos Estados Unidos, a avaliação teve o enfoque de disciplina científica, com destaque em projetos de desenvolvimento do ensino e do currículo. Estes estudos avançaram até meados de 1965, quando avaliação era sinônimo de dar notas sobre a aprendizagem dos alunos.

Os instrumentos utilizados na década de 50 advinham de uma organização com padrões de neutralidade, com a eficácia na comprovação dos resultados, não considerando as diversas experiências dos sujeitos, mas comprovando os resultados cientificamente. Neste período, a avaliação exercia forte influência no controle social, em uma sociedade com movimento de expansão industrial, com o aumento da população urbana e a ampliação das unidades de ensino.

Os estudos, até a década de 90, na área da avaliação, contemplam aspectos da objetividade e da subjetividade. Estes estudos de avaliação advêm da própria contradição e evolução da ciência, em negação e superação destas matrizes epistemológicas. Assim, esta década é associada à construção de uma nova definição da avaliação, compreendendo o ato de avaliar como um processo de negociação, desenvolvido através do consenso, captando os aspectos humanos, políticos, sociais e culturais.

Segundo Abramowicz (1999), a “avaliação contemplaria um processo abrangente de análise de desempenho do aluno, em um processo dinâmico, crítico, criativo, cooperativo, pressupondo acompanhamento constante e levando em conta as diversas dimensões de atuação do aluno” (p.42).

Veloso (2008) destaca três características da avaliação: somativa, que é considerada o ponto de chegada, que possibilita ao avaliador julgar o rendimento do avaliado; formativa como ponto de partida, que possibilita a assimilação e retificação de novas aprendizagens e propõem caminhos a serem percorridos; diagnóstica para identificar os conhecimentos prévios dos discentes.

A avaliação é algo necessário e essencial no ambiente escolar, mas poucos sabem qual o real sentido desta palavra e o impacto que esta pode causar no avaliado. Segundo Gonçalves e Larchert (2011, p. 21):

A palavra avaliar vem do latim a+valare, que significa atribuir valor e mérito ao objeto em estudo; assim, avaliar é atribuir juízo de valor sobre uma ação ou uma matéria. Em se tratando de avaliar o processo de ensino e aprendizagem, o seu significado tem sido pautado pela lógica da mensuração, isto é, associa-se o significado de avaliar ao de medir os conhecimentos adquiridos pelos alunos.

No decorrer do tempo, a avaliação foi ganhando cada vez mais destaque na área da educação, e tornando-se objeto de estudo, para Gonçalves e Larchert (2011 apud LUCKESI, 1997) a avaliação da aprendizagem no Brasil hoje está conectada a uma pedagogia dominante, que pode ser representada como modelo social, liberal e conservador.

No entanto, Esteban (2003, p. 15 -16) afirma:

A avaliação escolar, nesta perspectiva excludente, silencia as pessoas, suas culturas e seus processos de construção de conhecimentos; desvalorizando saberes fortalece a hierarquia que está posta, contribuindo para que diversos saberes sejam apagados, percam sua existência e se confirmem como a ausência de conhecimento.

A partir da crítica de Esteban, pode-se perceber a necessidade da criação de formas de avaliar por meio de valorização de saberes, bem como, motivadora do processo de aprendizagem.

Em relação a esta questão Garcia (2003, p. 41) certifica que:

O prazer de aprender desaparece quando a aprendizagem é reduzida a provas e notas; os alunos passam a estudar “para se dar bem na prova” e para isso têm de memorizar as respostas consideradas certas pelo professor ou professora. Desaparece o debate, a polêmica, as diferentes leituras do mesmo texto, o exercício da dúvida e do pensamento divergente, a pluralidade.

Assim, faz-se necessário uma nova visão no que se refere à avaliação, conforme afirma Esteban (2003, p. 08) ao relatar que o processo de avaliação e o resultado escolar dos alunos estão assinalados pela necessidade de se criar uma nova cultura sobre a avaliação, fazendo desaparecer a ideia de avaliação voltada para a técnica e criando uma nova dinâmica. Por conseguinte

Afonso (2003, p. 92) reitera que:

A avaliação formativa, como qualquer modalidade de avaliação pedagógica, tem limites e virtualidades. Relativamente a estas últimas, os professores sabem que é a avaliação formativa que lhes possibilita acompanhar a par e passo as aprendizagens dos alunos, que permite ajudá-los no seu percurso escolar cotidiano e que é talvez a única modalidade de avaliação fundamentada no diálogo e congruente com um reajustamento contínuo do processo de ensino, para que todos cheguem a alcançar com sucesso os objetivos definidos e a revelar as suas potencialidades criativas.

Desse modo, é preciso enxergar a avaliação não como algo que classifica, limita e exclui, como uma forma de promover a aprendizagem e a reflexão da prática exercida no ambiente escolar.

A aprendizagem deve ser o foco e a avaliação deve ser vista como um processo que estabelece objetivo e reconhece se estes foram ou não alcançados, promovendo a reflexão das ações realizadas e o reconhecimento da necessidade de percorrer novas rotas, traçar novos caminhos constantemente em busca da descoberta e compartilhamento de novos conhecimentos.

2.1 A AVALIAÇÃO NA ATUALIDADE NA ESCOLA: concepção formativa

Os tempos passaram e mudaram, porém, muitos conceitos e ideias formadas sobre a avaliação continuam intactos na mente de muitos profissionais, conforme cita Luckesi (2005, p. 17) “a característica que de imediato se evidencia na nossa prática educativa é de que a avaliação da aprendizagem ganhou um espaço tão amplo nos processos de ensino que nossa prática educativa escolar passou a ser direcionada por uma “pedagogia do exame””.

Para o autor, as atividades que são desenvolvidas em sala de aula pelos docentes e discentes, estão direcionadas para “um treinamento de resolver problemas”. Luckesi (2005) declara que obter uma boa nota representa o interesse do sistema de ensino em marcar nos percentuais a aprovação/reprovação dos discentes, interesse dos pais em ver seus filhos serem promovidos de uma etapa para outra e interesse dos professores por utilizarem a avaliação como uma forma de motivar os alunos, mesmo que seja por meio da ameaça.

Para o educador, o Brasil vive um “modelo social liberal conservador” no que se refere à avaliação da aprendizagem escolar, estando a “serviço de um modelo social dominante”, uma vez que, a avaliação é tida como juízo de valor com critérios preestabelecidos, no qual, se torna satisfatório à medida que o objeto avaliado se aproxima dos ideais desejados e menos satisfatórios se o objeto é afastado desses ideais. Para Batalloso (2003, p. 49):

[...] as práticas rotineiras da avaliação não são unicamente ações orientadas por conceitos de valor, mas, sobretudo, atos fundamentados no uso e abuso do poder. Indagar-se sobre uma avaliação democrática significaria também compreender onde se origina o poder de avaliar, quem o distribui, como se consome e quais são os fatores que determinam esse consumo.

O autor sustenta que a avaliação é uma prática contraditória “sob uma roupagem formativa e educativa”, pois na prática desempenha a função de “seletiva e sancionadora”, ele afirma que é possível praticar uma avaliação democrática, desde que, houvesse a democratização da relação professor-aluno, “tornando-a mais comunicativa, igualitária e dialogada”.

Fazer uma avaliação democrática significaria ter a possibilidade de diagnosticar as disfunções e necessidades e, sobretudo, de intervir em todos os elementos que configuram o processo educativo: teria algum sentido avaliar se não existe possibilidade de melhorar os resultados ou de reconduzir os processos de ensino-aprendizagem? (BATALLOSO, 2003 apud SANTOS GUERRA, 1993).

Para haver uma mudança nos métodos avaliativos, faz-se necessário uma mudança de concepção, ideais e também na própria prática, visto que, para obter resultados diferentes é preciso percorrer caminhos diferentes, e, em se tratando da aprendizagem é primordial valorizar a diversidade de estratégias a serem utilizadas.

[...] para mudança da prática de avaliação existente, centrando as ações em uma nova relação com as ideias e com a realidade. O que mudará a realidade é a prática. Vinculado a esta mudança, adverte que o fundamental primeiro é alterar a metodologia de trabalho combinando conteúdos mais significativos com metodologias mais participativas (KRUG, D. e KRUG, A., 2015 apud VASCONCELOS, 1998).

Os autores apontam (2015, p. 31) certificam que há momentos e funções da avaliação, explanando da seguinte forma:

Diagnóstica (Entrada/input): Relativa ao contexto, identifica necessidades, problemas e estuda métodos possíveis. Avalia se os meios definidos estão adequados às situações que podem ocorrer.

Processo (Formativo-Formadora): Programa as ações, analisa as atividades e meios. Produto (Somativa): Analisam os resultados, os efeitos, as situações que podem ter fortalecido ou impedido o desejado. (2015, p. 31)

A avaliação pode ser um dos meios para o aprimoramento do processo de ensino-aprendizagem, podendo servir como um instrumento que possibilita um olhar minucioso para o aluno de forma individual e grupal, tornando possível a identificação das dificuldades dos alunos e os possíveis métodos e práticas para superá-los, além de oportunizar momentos de reflexão do professor sobre a sua própria atuação, sendo possível rever conceitos, e reciclar-se continuamente.

A avaliação formativa foi inicialmente defendida por Scriven (1967) em relação aos programas. Para Scriven, “a avaliação formativa deve ocorrer ao longo do desenvolvimento de programa, projetos e produtos educacionais, com vistas a proporcionar informações úteis para que os responsáveis possam promover o aprimoramento do que está sendo objeto de implementação” (apud VIANNA, 2000, p. 86).

No contexto da avaliação da aprendizagem, influenciado pelo modelo proposto por Scriven, os pressupostos da avaliação formativa contribuem no sentido de orientação, no aprimoramento e aquisição das aprendizagens em curso.

Landsheere, (apud CARDINET, 1993, p.223) no Dicionário da Avaliação e da Investigação, destaca a avaliação formativa como,

[...] a avaliação que intervém, em principio, no final de cada trabalho de aprendizagem e que tem por objeto informar alunos e professores do grau de mestria alcançado, e eventualmente, descobrir em que é que o aluno sente dificuldades de aprendizagem, com vista a propor-lhe ou a fazer com que descubra estratégias que lhe permitam progredir.

A avaliação formativa, na sua ação, favorece as aprendizagens dos alunos, auxilia o professor a intervir continuamente, introduzindo uma dinâmica ligada à qualidade do diagnóstico e da intervenção diferenciada.

3 ANÁLISE DOS RESULTADOS

A ideia principal da pesquisa é buscar por meio da análise de documentos a verificação de conceitos a respeito da avaliação e a sua relação com as possíveis reprovações.

Para melhor entendimento dos dados adquiridos foi exposto sob uma tabela. Esta tabela mostra o que consta nos principais documentos que abrange o âmbito nacional, estadual, municipal, bem como, aqueles que são produzidos dentro do contexto escolar. A análise baseia-se no sucesso destes documentos (o que os define) e se contempla a ideia conceitual e prática de reprovação, aprovação, e recuperação paralela.

Tabela 1: Análise dos documentos Legais e Reguladores

Documento	Sucesso	Reprovação	Aprovação	Recuperação Paralela
<p>Lei de Diretrizes e Base da Educação Lei nº 9.394/96</p>	<p>Art. 1º. A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.</p>	<p>Não há menção na presente lei sobre a reprovação.</p>	<p>Art. 24º. II - a classificação em qualquer série ou etapa, exceto a primeira do ensino fundamental, pode ser feita: a) por promoção, para alunos que cursaram, com aproveitamento, a série ou fase anterior, na própria escola; b) por transferência, para candidatos procedentes de outras escolas; c) independentemente de escolarização anterior, mediante avaliação feita pela escola, que defina o grau de desenvolvimento e experiência do candidato e permita sua inscrição na série ou etapa adequada, conforme regulamentação do respectivo sistema de ensino; III - nos estabelecimentos que adotam a progressão regular por série, o regimento escolar pode admitir formas de progressão parcial, desde que preservada a sequência do currículo, observadas as normas do respectivo sistema de ensino; IV- poderão organizar-se classes, ou turmas, com alunos de séries distintas, com níveis equivalentes de adiantamento na matéria, para o ensino de línguas estrangeiras, artes, ou outros componentes curriculares; V - a verificação do rendimento escolar observará os seguintes</p>	<p>Art. 24º. V - e) obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seus regimentos.</p>

			critérios: a) avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais.	
PNE – Plano Nacional de Educação	Há metas estruturantes para a garantia do direito à educação básica com qualidade, que dizem respeito ao acesso, à universalização da alfabetização e à ampliação da escolaridade e das oportunidades educacionais. <i>(Texto copiado do documento do MEC “Planejando a próxima década: conhecendo as 20 metas do Plano Nacional de Educação”, p. 09)</i>	Nada consta sobre reprovação.	Art. 11. O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, coordenado pela União, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, constituirá fonte de informação para a avaliação da qualidade da educação básica e para a orientação das políticas públicas desse nível de ensino. <i>*O PNE trata da avaliação apenas como indicadores de qualidade do rendimento escolar por meio de exames nacionais.</i>	Nada consta sobre recuperação paralela.
Diretrizes Curriculares Nacionais – Ensino Fundamental	Quanto aos processos avaliativos, parte integrante do currículo, há que partir do que determina a LDB em seus artigos 12, 13 e 24, cujos comandos genéricos prescrevem o zelo pela aprendizagem dos alunos, a necessidade de prover os meios e as estratégias para a recuperação daqueles com menor rendimento e consideram a prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos, bem como os resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais. (Pág. 123)	Nada consta sobre reprovação.	Nada consta sobre a aprovação.	Os projetos político-pedagógicos das escolas e os regimentos escolares deverão, pois, obrigatoriamente, disciplinar os tempos e espaços de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, tal como determina a LDB, e prever a possibilidade de aceleração de estudos para os alunos com atraso escolar. Há ainda que assegurar tempos e espaços de reposição dos conteúdos curriculares ao longo do ano letivo aos alunos

				com frequência insuficiente, evitando, sempre que possível, a retenção por faltas.
Base Nacional Comum Curricular	A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE).	Nada consta.	Nada consta.	Nada consta.
Proposta Curricular de Santa Catarina	A avaliação, assim concebida, constitui-se em prática investigativa, instrumento de decisão sobre as atividades orientadoras de ensino que vêm sendo adotadas, de forma contínua, sistemática, expressa num movimento permanente de reflexão e ação.	A avaliação deve servir como um instrumento de inclusão e não de classificação e/ou exclusão.	A avaliação educacional é um dos elementos fundamentais no percurso formativo. Vincula-se ao desafio da aprendizagem como instrumento de contínua progressão.	Nada consta.
Plano Municipal de Educação de Brusque	[...] este documento foi elaborado com base no Plano Nacional de Educação, aprovado pela Lei 13.005 de 25 de junho de 2014, que, mais especificamente em seu Artigo 8º, determina que os estados e municípios construam seus planos de educação articulados com as diretrizes e metas do Plano Nacional, sendo que também levou-se em consideração a versão preliminar do Plano	Nada consta.	Nada consta.	Nada consta.

	Estadual de Educação de 2014.			
Diretrizes Curriculares de Brusque	A avaliação possibilita um olhar reflexivo do educador diante das ações e da relação professor/ aluno, aluno/aluno, e consolida-se na observação e acompanhamento do processo ensino-aprendizagem nas diferentes situações vivenciadas na escola. Deve ser processual, conceitual, atitudinal e contínua, levando em consideração os avanços no processo ensino-aprendizagem e servir para redirecionamento da prática educativa.	Nada consta.	Nada consta.	Nada consta.
Projeto Político Pedagógico	A avaliação acontecerá durante todo o processo escolar, não tendo como objetivo quantificar os resultados, mas sim a partir das observações diárias diagnosticarem as dificuldades dos alunos, e através deste diagnóstico retomar os conteúdos para que a aprendizagem seja alcançada pelos educandos.	No ano de 2012 dos 592 alunos atendidos, 43 alunos foram reprovados dando uma média de 7,2% de reprovação. No ano de 2013 tivemos um pequeno acréscimo neste índice, de 628 alunos atendidos 57 alunos foram reprovados chegando a uma média de 9% de reprovação.	Nada consta.	Para o ano de 2015 temos a previsão de projeto de oficina pedagógica, com a finalidade de recuperação de alunos com dificuldades na aprendizagem através do Programa Mais Educação do governo federal.

No que se refere a reprovação, somente a Proposta Curricular de Santa Catarina e o Projeto Político Pedagógico da escola mencionam este item, isto porque, conforme afirma Hoffmann (1993, p. 17):

Decisões políticas encaminham a questão no sentido de eliminar das escolas o fenômeno da reprovação nas séries iniciais. Tais medidas procuram minimizar o prejuízo social decorrente da concepção de avaliação como função burocrática, punitiva e obstaculizante ao projeto de vida de nossas crianças e adolescentes.

A Proposta Curricular de Santa Catarina indica que a avaliação não deve servir como instrumento de classificação e/ou exclusão. Já no Projeto Político Pedagógico da escola há um relato da taxa de reprovação que ocorreu na instituição nos anos de 2012 (7,2%) e 2013 (9%),

demonstrando que teve a inserção de mais 14 alunos na estatística da reprovação de um ano para o outro, ou seja, a questão da reprovação encontra-se presente dentro desta realidade.

Sobre a aprovação, a LDB 9.394/96 sinaliza como um meio de promoção para outra fase na mesma instituição, transferência e a possível progressão parcial (preservando a sequência do currículo), sendo que, a avaliação deve ser progressiva e cumulativa, prevalecendo os aspectos qualitativos sob os quantitativos. A respeito da avaliação qualitativa Demo (2001) afirma que:

A avaliação qualitativa pretende ultrapassar a avaliação quantitativa, sem dispensar esta. Entende que, no espaço educativo, os processos são mais relevantes que os produtos, não fazendo jus à realidade, se reduzida apenas às manifestações empiricamente mensuráveis.

Sendo assim, o ato de avaliar não pode se resumir apenas no momento final, por meio da aplicação de provas que mensurem o desenvolvimento dos alunos, e sim no processo, por meio de métodos e instrumentos diversificados, que possam contemplar o aluno em seus múltiplos aspectos e valorizar as suas potencialidades.

O IDEB (2017) mostra que a meta projetada para o ano de 2017 era de 5,9 para a escola pesquisada e a instituição alcançou 6,5. A Prova Brasil do mesmo ano indica que a média de proficiência dos alunos do 5º e 9º ano apresenta um resultado maior em Língua Portuguesa e Matemática que as escolas estaduais e municipais do Brasil, demonstrando uma evolução referente aos anos de 2011, 2013 e 2015.

No tocante a aprovação, a Proposta Curricular de Santa Catarina visualiza a avaliação como um instrumento de contínua progressão sendo um dos elementos fundamentais no percurso formativo. De acordo com Freitas (2006, p. 77):

[...] a avaliação cumpre, também, função formativa, pela qual os professores analisam, de maneira frequente e interativa, o progresso dos alunos, para identificar o que eles aprenderam e o que ainda não aprenderam, para que venham a aprender, e para que reorganizem o trabalho pedagógico.

Desta forma, mais do que avaliar para classificar, é preciso avaliar para formar, identificar quais as dificuldades e potencialidades dos alunos e trabalhar de forma que atinja as diversas formas de aprender.

No que se refere à recuperação paralela a LDB 9.394/96 define como obrigatório os estudos de recuperação para os casos de baixo rendimento escolar, as Diretrizes Curriculares do Ensino Fundamental afirma que os Projetos Políticos Pedagógicos devem por obrigatoriedade definirem os tempos e espaços de recuperação e o PPP menciona a previsão

de projeto de oficina pedagógica, a fim de auxiliar os alunos com dificuldades de aprendizagem, por meio do Programa Mais Educação do governo federal.

Todos os documentos analisados tratam da avaliação de maneira conceitual, elucidando o seu significado, seus tipos e características, no entanto ao se tratar da prática, de como a avaliação realmente acontece dentro do ambiente escolar, não há muitas indicações, o professor não encontra muito embasamento sobre como lidar com a reprovação, aprovação e recuperação paralela de forma objetiva e prática.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento desta pesquisa possibilitou o estudo do percurso histórico que a avaliação percorreu e que foram sendo incorporados ao longo do tempo até situar-se na atualidade como um processo e não apenas como a finalização de um produto.

Os documentos sejam eles, nacionais, estaduais, municipais e até os que são produzidos dentro do ambiente escolar apresentam-se de modo que expõe o que é avaliação no campo teórico, destacando a importância de enxergar a avaliação como um instrumento que diagnostica a realidade em sala de aula, considerando quais as bagagens o aluno traz consigo e partir deste ponto, evitando assim, que haja uma repetição de assuntos e se torne enfadonho para os discentes, que conseqüentemente irão dispersar-se com facilidade, e a avaliação como um instrumento que permite ao professor verificar se os alunos estão aprendendo, e possa refletir sobre a sua própria prática, traçando novos caminhos e rotas, sempre que necessário.

O conhecimento teórico é fundamental, no entanto há necessidade de incorporar a prática nestes escritos, pois apesar de as políticas públicas não incentivarem a reprovação, esta acontece nas instituições escolares, e o professor precisa de um suporte que os amparem ao se deparar frente a estas situações. A avaliação aos poucos está se despidendo da sua relação apenas com a mensuração, da definição do aluno pela nota final, mas ainda existe, e cada vez mais, isto precisa ser trabalhado com os profissionais da educação, para que a aprendizagem seja o foco, que a avaliação não seja uma forma de punir o aluno pelo seu comportamento/atitudes e sim para identificar e desenvolver as suas potencialidades, porque este é o papel da escola, possibilitar a evolução do ser em seus diversos aspectos para que tenhamos um cidadão capaz de tomar atitudes que visem o seu próprio desenvolvimento e da sociedade que está inserido.

REFERÊNCIAS

ABRAMOWICZ, Mere. *Avaliação e progressão continuada*: subsídios para uma reflexão. In: CAPPELLETTI, Isabel (org.) Avaliação Educacional: fundamentos e Práticas. São Paulo: articulação Universidade/Escola, 1999.

BALLESTER, Margarita *et al.* **Avaliação como apoio à aprendizagem**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

BARLOW, Michel. **Avaliação escolar**: mitos e realidades. Porto Alegre: Artmed, 2006.

CAJUEIRO, Roberta Liana Pimentel. **Manual para elaboração de trabalhos acadêmicos**: guia prático do estudante. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

CARDINET, Jean. *Avaliar é medir?* Portugal: Asas, 1993.

DEMO, Pedro. Teoria e prática da avaliação qualitativa. **PerspectivasOnLine 2007-2011**, v. 1, n. 1, 2007.

ESTEBAN, Maria Teresa. **Avaliação**: uma prática em busca de novos sentidos. 4. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

FRANCO, Creso. **Avaliação, ciclos e promoção na educação**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.

FREITAS VILLAS BOAS, Benigna Maria de. Avaliação formativa e formação de professores: ainda um desafio. **Linhas críticas**, v. 12, n. 22, 2006.

HADJI, Charles. **Avaliação desmistificada**. Porto Alegre: ARTMED Editora, 2001.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação**: MITO & DESAFIO uma perspectiva construtivista. 11. ed. Porto Alegre: Educação & realidade Revistas e Livros, 1993.

KRUG, Dircema Franceschetto; KRUG, Arno. **Avaliação**. Curitiba: J.M. Editora e Livraria Jurídica, 2015.

LUCKESI, C. C. *Avaliação educacional escolar*: para além do autoritarismo. Revista Tecnologia Educacional, Rio de Janeiro, v.61. p. 6-15. 1984.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar**: estudos e proposições. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar**: estudos e proposições. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

OLIVEIRA, Silvio Luiz de. **Tratado de metodologia científica**: projetos de pesquisas, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.

PÁDUA, Elisabete Matallo Marchesini de. **Metodologia da pesquisa**: Abordagem teórico-prática. 10. ed. Campinas: Papirus, 2004.

PAIVA, Maria da Graça Gomes; BRUGALLI, Marlene. **Avaliação:** novas tendências, novos paradigmas. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2000.

PERRENOUD, Philippe. **Avaliação:** da excelência à regulação das aprendizagens – entre duas lógicas. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

RODRIGUES, Pedro *et al.* **AVALIAÇÕES EM EDUCAÇÃO: NOVAS PERSPECTIVAS.** Portugal: Porto Editora, 1999.

SOUSA, Clarilza Prado de. **Avaliação do rendimento escolar.** 6. ed. Campinas: Papirus, 1997.

VIANNA, Heraldo Marelim. *Avaliação Educacional: Teoria, planejamento e modelos.* São Paulo: IBRASA, 2000.

ZANELLA, Liane Carly Hermes. **Metodologia de pesquisa.** 2. ed. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, 2011.

